https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/o-que-e-equidade/ - Acesso em 31/05/2021.

DANTAS, Heloysa - Piaget, Vygotsky, Wallom: teorias psicogenéticas em discussão – São Paulo: Summus, 1992.

GORPPA, Aquino Julio – Afetividade na Escola – Alternativas Teóricas e Práticas. São Paulo – Summus Editorial 2003.

FREIRE, Paulo, - A escola.

LA TAILLE, Yves. Piaget, Vygotsky, Wallom: teorias psicogenéticas em discussão – São Paulo: Summus, 1992.

LEI - nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

LEI - nº12. 796 de 2013, da Lei de Diretrizes e Bases Da Educação - 9394/96.

OLIVEIRA, Marta Kohl de - Piaget, Vygotsky, Wallom: teorias psicogenéticas em discussão – São Paulo: Summus, 1992.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS E A CONVIVÊNCIA ÉTICA NAS ESCOLAS:

A CONVIVÊNCIA ÉTICA NA EMEI: UM OLHAR PARA O DESENVOLVIMENTO MORAL DAS CRIANÇAS, E A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NESSE PROCESSO

LARISSA PITANGA COSTA

INTRODUÇÃO

O tema que será apresentado no presente trabalho é a convivência ética na EMEI, com ênfase no desenvolvimento moral das crianças e a contribuição da literatura infantil nesse processo.

É sabido por todos que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, com obrigatoriedade a partir de 4 anos de idade. As crianças que frequentam as EMEIs em São Paulo, em sua maioria, já vêm de Centros de educação infantil. Nesse sentido, é nessa etapa da educação básica que elas têm o primeiro contato com o ambiente educacional, um espaço de socialização, brincadeiras e interações. E com isso, se intensificam as relações com seus pares. Isto é, elas passarão a ampliar o seu meio social, além do contato com a família.

Dito isto, compreendemos ser de significativa importância que o professor tenha conhecimento da complexidade do desenvolvimento moral da criança para intervir pedagogicamente de forma a contribuir com esse processo de apropriação pela mesma dessa consciência moral, ou seja, compreensão dos significados do que é certo e o que é errado. Para tanto, buscamos fundamentação dentro dos pressupostos da psicologia de Piaget, bem como, procuramos evidenciar que a literatura infantil pode contribuir nesse processo, uma aliada do docente em sua ação pedagógica, que além de encantar as crianças, oportuniza o despertar da capacidade crítica e reflexão.

Nesse sentido, o nosso objetivo por meio do presente trabalho é apresentar o desenvolvimento moral infantil pelo olhar da psicologia Piagetiana, e ressaltar como a leitura de histórias infantis, quando utilizada pelo professor nessa perspectiva, pode enriquecer e contribuir com o percurso das criança para o processo de apropriação da consciência moral autônoma.

Estabelecemos as seguintes etapas de pesquisa: levantamentos bibliográficos, com

base nas seguintes considerações teóricas: Assis (2003); Coll (1987); Goldemberg (2000); Menin (193O/1994); Piaget (1932/1977/1994); Silva (2009); Terra (2020).

Nesse sentido, iremos discutir todas as questões apresentadas até o momento, fundamentadas nos autores citados acima.

1. A Convivência ética na EMEI

Vamos iniciar buscando a definição no dicionário Houaiss (2011) para o termo convivência: "vida em comum; convívio". Conviver é viver em proximidade com os outros de forma cordial e harmoniosa. Somos seres sociáveis, vivemos em sociedade, e a todo momento nos relacionamos com outras pessoas. Em todos os seguimentos da nossa vida estabelecemos relações. E como essa consciência respeitosa e vivência harmônica quanto ao outro é estabelecida? Através da noção de ética constituída.

Nesse sentido, o dicionário Houaiss (2011) define ética como "1_Conjuntos de preceitos sobre o que é moralmente certo ou errado; 2_ Parte da filosofia que orientam o comportamento humano".

No contexto filosófico, a ética está associada ao estudo dos valores morais que direcionam o comportamento humano. Essa moral é determinada por cada sociedade através dos costumes, normas e regras de convivência, e tabus. Como é sabido por todos, a escola é laica, portanto, direcionaremos nosso olhar para o desenvolvimento moral das crianças com faixa etária de 4 e 5 anos, no ambiente da EMEI, sem nos aprofundar em questões como dogmas, e tabus. Buscamos então, no capitulo seguinte, aprofundar nosso estudo partindo dos pressupostos da psicologia piagetiana.

2. O desenvolvimento moral segundo Piaget

Nesse capítulo vamos analisar como se dá o desenvolvimento moral infantil dentro dos pressupostos da psicologia de Piaget.

Por muito tempo antes dos estudos referente a psicogênese, acreditavam-se que as crianças já possuíam o juízo moral, isto é, tinha a noção sobre o que é errado e o que é certo. Então, Piaget através de suas pesquisas, e da observação continuada de inúmeras crianças de diferentes idades durante práticas lúdicas como jogos, comprovou que as mesmas não tinham a aptidão moral desenvolvida como se imaginavam.

Nesse sentido, para darmos inicio a apresentação do estudo de Piaget, vamos partir de uma narrativa simples. Pensando em uma criança de até 2 anos de idade. A mesma vê um passarinho. Então o adulto propõe que ela jogue uma pedra. A probabilidade de a criança jogar é grande. Isso ocorre porque ela ainda não tem desenvolvimento moral e de comportamento para distinguir o que é certo e errado, mas tem estímulos por ação. A criança se senti encorajada a fazer a partir da sugestão do adulto. Isso porque, seu juízo de valor ainda não está construído. E como a mesma constrói esse juízo de valor? De acordo com os pressupostos da psicologia piagetiana, por meio da observação e da interação. É através de como a criança observa o meio em que vive e se relaciona com as pessoas ao seu redor que ela estabelece o que é certo e o que é errado. Isto é, o contexto social e as interações ao seu redor influenciam na construção do juízo de valor.

Para Piaget, (1977 apud TERRA, 2020), "Toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras". Nesse sentido, essas regras estão de fato vinculadas à vida cotidiana, onde a criança estabelece relações e delas absorve as noções para o convívio social. Considera que os seres humanos se tornam morais por um processo de construção, e essa capacidade de avaliar o certo e o errado se desenvolve ao longo do processo de socialização.

Nesse sentido, para validar a teoria da moralidade de Piaget, temos o meio e as pessoas, assim como, o tempo. O meio e o estímulo do meio, como as pessoas se comportam, o que a criança tem de complexidade para sobreviver importa para que a mesma se desenvolva. Quanto mais relações ela tiver, quanto mais atividades e desafios ela tiver, contribuirá para o seu desenvolvimento. O tempo é uma variável imprescindível para criança, porque o amadurecimento intelectual dela ocorre em fases.

Todo esse processo tem muito a ver sobre assimilação, adaptação e acomodação do conhecimento por parte da criança. Elas passam a observar e fazem o que observam, e ao observar elas são colocadas em novas situações, e nessas novas situações elas montam estratégias mentais no qual vão percebendo o que funciona e o que não funciona. Na medida que elas compõem novas estruturas vão amadurecendo e se relacionando melhor.

Diante disso, existem três fases que o Piaget propõe para o desenvolvimento moral: a anomia, a heteronomia; e a autonomia.

Na fase da anomia, a criança ainda não segue regras coletivas. O seu comportamento é baseado apenas num estímulo sensório motor. Ela vive por extinto, isto é, por conta do seu egocentrismo cognitivo a própria não é capaz de se colocar no lugar do outro para compreender as regras de convivência.

A fase da heteronomia se inicia quando a criança começa a obedecer às regras

morais. O adulto já consegue dizer a ela o que a mesma pode ou não fazer, porque esses estímulos já vêm sendo realizados anterior a essa fase. Logo, o cumprimento dessas regras colocadas pelos adultos acontece com maior facilidade e internalização das orientações. Ademais, nessa fase a criança avalia aquilo que é certo ou errado, e os atos, por meio da obediência às regras, porém ainda não há uma validação das regras e normas de convívio. A criança ainda depende desse humano maior para definir, indicar o verdadeiro sentido. Menin define a heteronomia como:

> [...] significa ser governado por outros, fora de nós; [...] por outro lado, quando decidimos seguir certas regras, normas e leis por vontade própria, independente das consequências externas imediatas, estaremos sendo autônomos (MENIN, 1996, p.40).

Vale pontuar que, quando a criança é podada pelo adulto e não estimulada, há a probabilidade dela se tornar um adulto heteronômico, isto é, incapaz de questionar, de modificar significativamente o seu meio, refletindo sobre o mesmo, criando e alterando as regras de forma positiva.

Piaget admite que as relações de constrangimento (controle exterior) não favorecem o desenvolvimento moral, porque impedem o desenvolvimento da autonomia (controle interno). Em geral, o comportamento que consideram aceitável e punido aquele que lhes parece indesejável. Agindo desta maneira, fazem com que a criança aprenda, por obediência, as regras sociais e morais.

> (ASSIS; ASSIS, 2003, p.211).

Nesse sentido, é nessa fase da heteronomia que os adultos devem contribuir para que a criança construa uma moral autônoma. A intervenção do mesmo deve ser feita por meio do estabelecimento de regras, com zelo para que a criança não apenas obedeça a ele, mas que ela possa construir sua consciência moral, compreender os significados, e validá-las. Porém, ao desobedecer ao adulto a criança está apenas colocando em questão a sua autoridade, dessa forma, um processo que seria de validação socio moral de uma regra segue o caminho do questionamento do governo daquele adulto.

Na fase da autonomia, a criança entende que as regras podem ser alteradas e modificadas se necessário, estabelece as regras por si própria, e cumpre, devido ao respeito mútuo entre ela e o adulto. A mesma já tem uma complexidade intelectual e um número de estratégias e estruturas que permitem que ela decida qual a melhor opção.

Piaget (1932/1996) pontuou em seus estudos que estas morais a serem desenvolvidas pela criança partem do respeito. A primeira moral da criança resulta do respeito unilateral, onde a mesma respeita o adulto sem duvidar das regras impostas. No entanto, este respeito deve tornar-se mútuo, onde a criança respeita o adulto e o próprio respeita a ela, colocando-se com autoridade, porém sem coação.

Piaget (1977) afirma que, "o desenvolvimento moral na criança se caracteriza por etapas, de acordo com as fases do desenvolvimento humano [...]". Nesse sentido, agora que já compreendemos um pouco mais sobre as fases do desenvolvimento moral da criança, faz-se necessário pontuarmos aqui um estágio, dos quatro que Piaget considera no processo evolutivo da espécie humana, o mesmo está dentro da faixa etária em atendimento na EMEI: o 2º período pré-operatório (2 a 7 anos). Essa fase é caracterizada pelo egocentrismo, e pelo surgimento da linguagem, que ocasiona modificações relevantes no âmbito cognitivo, afetivo e social da criança.

Dessa forma, fica claro que o processo de desenvolvimento moral da criança caminha junto aos estágios do processo de evolução do desenvolvimento humano, isto é, ao amadurecimento cognitivo para uma consciência moral.

De acordo com Piaget (1932 / 1996), a participação dos adultos é essencial para que as crianças tenham a oportunidade de se formarem adultos autônomos, isto é, de se desenvolverem moralmente, com capacidade de agir de forma crítica, reflexiva e autônoma diante das situações, em relação a si próprio e aos outros.

Nesse sentido, é importante frisar a necessidade da criança experienciar um processo educativo consciente por parte do professor, e o papel imprescindível do mesmo nesse processo, tendo em vista que a própria ainda irá construir sua consciência do que é certo e o que é errado. Cabe então ao docente oportunizar espaços e vivências que propiciem, de forma lúdica, a apropriação pela criança da consciência moral, e encontre significado nas regras de convivência, compreendendo-as, ou seja, entendendo para que serve, e por meio da mediação desse adulto, que ela possa aprender a viver junto com seus pares, bem como com os próprios adulto, de forma harmônica.

3. A contribuição da literatura infantil no processo de desenvolvimento moral da criança

No presente capítulo nos aprofundaremos um pouco sobre a alternativa do uso, pelo docente, da literatura infantil como sua aliada, com o objetivo de contribuir significativamente com o processo de desenvolvimento moral das crianças que frequentam a EMEI em idade de 4 e 5 nos.

A literatura infantil se configura não só como instrumento de formação conceitual, mas, também de emancipação da sociedade. A literatura surge com um meio de superação da dependência e da carência por possibilitar a reformulação de conceitos e a autonomia do pensamento. (CARDEMARTORI, 1994 p.23)

A literatura infantil é uma ferramenta que, além de lúdica, de contribuir com a criatividade da criança e colaborar para a formação de um comportamento leitor, favorece, também, a ampliação da visão de mundo, mais sensível e humanizada, e o pensamento crítico. Ao envolver as crianças nesse universo, e aproveitar essa linguagem para abordar temas referente as regras de convívio social, o professor estará cumprindo seu papel político, promovendo a transformação através do conhecimento, isto é, oportunizando as mesmas, de forma lúdica, refletir sobre questões de juízo de valor, e com isso possibilitar a elas se apropriar dos significados para o caminho futuro de uma consciência moral autônoma.

Goldembergue (2000, pg.141) explica que:

[...] a literatura infantil vem sendo criada, sempre atenta ao nível do leitor a que se destina [...] e consciente de que uma das mais fecundas fontes para a formação dos imaturos é a imaginação – espaço ideal da literatura. É pelo imaginário que o eu pode conquistar o verdadeiro conhecimento de si mesmo e do mundo em que lhe cumpre viver.

Nesse sentido, o uso das narrativas como uma significativa ferramenta lúdica pelo docente, podem auxiliar no desenvolvimento da criatividade infantil e de sua habilidade interpretativa, ampliando sua capacidade de reflexão, bem como, auxiliando no momento de abordar assuntos complexos e de entender as emoções. Ademais, a roda de leitura pode ser considerada um momento da rotina privilegiado para o aprendizado, já que a partir dessa o professor pode propor também uma conversa explorando narrativas que abordam questões temáticas emergentes do dia a dia do grupo. O educador terá como base as questões de convívio que surgem das relações que as crianças vivenciam.

Diante disso, o professor desempenhará seu papel observador, pesquisará bibliografias que atendam as necessidades da sua turma referente a essa temática, apresentará as crianças essas histórias, e oportunizará a elas mergulharem no mundo da literatura infantil, porém intencionando ampliar a reflexão e definição de significados quanto as questões de convívio que se manifestam nas relações que as mesmas estabelecem, de uma forma lúdica, onde a fantasia, criatividade e o conhecimento caminham juntos para o alcance de uma consciência moral autônoma.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a necessidade de o professor entender sobre o processo de desenvolvimento da moral infantil, buscar autores que abordam essa temática para fundamentar seu trabalho pedagógico, e definir com maior propriedade as intenções da sua práxis.

Vale ressaltar também que, o exemplo também educa. As crianças são observadoras, o meio ao qual as mesmas estão inseridas influenciam para a formação do seu juízo de valor.

4. Considerações finais

Desde o princípio do presente trabalho entendemos como importante abordar a questão do desenvolvimento da moral infantil. Para tal recorremos a psicologia piagetiana como principal fundamentação do referido estudo, e sugerimos as narrativas infantis como uma ferramenta significativa na prática docente para a contribuição da construção de uma consciência socio moral autônoma pelas crianças.

Em nosso estudo, ressaltamos a importância de o educador pesquisar e buscar fundamentação teórica, isto é, compreender como ocorre o desenvolvimento moral infantil, para realizar em sua prática pedagógica uma intervenção adequada em prol do favorecimento desse processo, colaborando para oportunizar as crianças a construção de uma consciência moral autônoma. Enfatizamos que, as relações que as crianças estabelecem e o contexto social a qual elas fazem parte influenciam para a formação dos seu juízo de valor, ou seja, através da observação e da interação, ficando mais claro ainda o papel do educador nesse âmbito, o de oportunizar as mesmas meios para ampliar a sua capacidade reflexiva com relação ao que é certo e o que é errado, possibilitando a elas se apropriar significativamente das regras de convívio, não apenas pautando suas ações na obediência da autoridade do adulto, mas compreendendo o real significado dessas. Ademais, como foi pontuado nesse estudo, observando as relações que as crianças estabelecem com seus pares e com os adultos no ambiente da EMEI, o educador encontrará questões de convívio que emergem dessas relações, e a partir de seu olhar atento ele pesquisará temas na literatura infantil pertinente a essas regras, partindo da realidade das crianças, suas experiencias e necessidades.

Ainda, um ambiente onde o diálogo é valorizado permite a construção da reflexão crítica daqueles que fazem parte do grupo. E foi nesse sentido que pontuamos a roda de leitura como um ambiente propicio ao aprendizado, pois amplia a visão de mundo da criança, bem como sua capacidade inter-